

A cultura das teles

Em nenhum país do mundo, incluindo o liberalíssimo Estados Unidos da América do Norte, a cultura sobrevive sem o apoio do Estado. A forma desse apoio varia, da França à China, dos países nórdicos aos asiáticos, conforme os costumes de cada um deles. No Brasil, desde anos atrás, escolhemos o modelo do incentivo fiscal, adaptado a cada tipo de produção cultural e conforme os interesses fiscais do Estado.

A razão desse apoio é muito simples. A cultura é um instrumento poderoso de representação de cada sociedade e indispensável à formação de seu caráter. Cada grupo social, além de preservar valores universais, elabora em seu seio valores específicos, aqueles que são capazes de distingui-lo de outros, que lhe dê uma imagem e identidade. Dessas singularidades, nasce a solidariedade entre seus membros, a capacidade de se reconhecerem como únicos e se orgulharem disso.

Interessa ao Estado moderno representar uma sociedade com uma cultura poderosa, capaz de se impor como soft power no concerto das nações. O grande feito do imperialismo americano, no século passado, foi fazer com que o mundo consumisse seus costumes, filmes e canções como se fossem de todos. Através desses produtos, adotamos seu modo de vida como nosso.

Com a sofisticação crescente dos meios de produção e difusão do **Audiovisual**, o Estado brasileiro obrigou-se a participar intensamente dessa atividade, a fim de que o poder vindo de fora não sufocasse as forças de nossa criação. E inventou a **Ancine (Agência Nacional do Cinema)**, órgão encarregado de estimular,

regular e fiscalizar o **Mercado Audiovisual**, cujo poder de ação se nutre da renúncia fiscal.

A mais importante delas, a Condecine (Contribuição para o Desenvolvimento da **Indústria Cinematográfica** Nacional), foi criada em 2001 por medida provisória e, a partir de 2011, com a Lei 12.485 (a lei que garante a exibição de produto brasileiro independente na televisão paga), passou a incidir também sobre os serviços de telecomunicações, uma vez que essas empresas são potenciais distribuidoras de conteúdo **Audiovisual** (o celular é cada vez menos um telefone!).

Cerca de 89% dos recursos arrecadados pelo Fundo Setorial do **Audiovisual**, administrado pela **Ancine** para investir na atividade, vem da Condecine das Teles, um mecanismo que, entre 2013 e 2015, segundo manifesto da atividade, gerou 306 filmes de longa-metragem, 433 séries e telefilmes, 739 obras que correspondem a 2.867 horas de programação. Só de 2014 a 2015, 713 empresas se fortaleceram com essa política de investimento, criando uma infinidade de novos empregos.

As teles agora ameaçam com a interrupção desse progresso, rompendo os compromissos assumidos, sem estabelecer um diálogo ou propor alternativas de repactuação, ao entrar com um mandado de segurança contra a Condecine, para o qual já foi concedida uma liminar.

Há sempre espaço para novos pactos, mas a forma de travar esse debate não pode ser a violência unilateral de uma ação judicial; é preciso que todos os interessados se sentem à mesa, para rediscutir o mecanismo. "Essa ação das teles", declara **Manoel Rangel**, presidente

da **Ancine**, "é um raio em céu azul, à procura de causar tempestades em um setor que, até aqui, vinha conseguindo tráfegar na contramão da crise".

Se a liminar for cassada, como deve ser justo que aconteça, o Fundo Setorial do **Audiovisual** terá, em 2016, R\$ 1,135 bilhão da Condecine (bem menos que o total das isenções oferecidas à indústria automobilística que engarrafa e polui nossas ruas), para aplicar na produção de todas as tendências do **Audiovisual** brasileiro, dos grandes sucessos populares, como "Loucas para casar" e "Até que a sorte nos separe", aos filmes com reconhecimento artístico, como os recentes "O menino e o mundo", candidato ao Oscar deste ano, ou "Que horas ela volta?", triunfo internacional premiado no Festival de Berlim. O **Audiovisual** brasileiro poderá seguir reproduzindo com generosidade a diversidade do país, a respeitar o gosto do público e dar apoio aos que desejam mudá-lo.

Não é razoável que um setor da atividade econômica relevante como é o de telecomunicações, o quarto ou quinto maior de nosso PIB, num momento de grande dificuldade para o país, diga simplesmente que não tem nada a ver com isso.

Por algum motivo, leitores julgaram que meu artigo de domingo passado pregava o fim da Petrobras. Não sou louco, não desejo isso. Só não concordo que a Petrobras seja a alma do país e muito menos a sua salvação. A Petrobras não é o futuro, assim como o futuro não é o petróleo.

Valeu, Pezão. O governador exonerou o

secretário de Assistência Social e Direitos Humanos do estado, Ezequiel Teixeira, que declarou ser a homossexualidade uma doença como a Aids e o câncer, propondo a "cura gay". Se ele ficasse, seria mais ou menos como ter Fernandinho Beira-Mar no cargo de secretário de Segurança Pública do estado.

Cacá Diegues é cineasta

carlosdiegues2015@gmail.com